



QUINTA SESSÃO DA CONFERÊNCIA DAS PARTES

**Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização
Mundial de Saúde**

Seul, República da Coreia de 12 a 17 de novembro de 2012

RELATÓRIO e DECISÕES

**ELABORADO A PARTIR DAS DECISÕES FINAIS E DA MEMÓRIA
COMPILADA PELA SECRETARIA EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL
PARA IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO-QUADRO PARA CONTROLE
DO TABACO (CONICQ).**

**OS DOCUMENTOS FINAIS COM AS DECISÕES DE TODOS OS TEMAS
TRATADOS NA COP5 PODEM SER ACESSADOS ATRAVÉS DE
http://apps.who.int/gb/fctc/E/E_cop5.htm.**

Apresentação

Uma das atribuições da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CONICQ) é a representação do Estado brasileiro e defesa de seus posicionamentos nas sessões da Conferência das Partes da Convenção Quadro para Controle do Tabaco (COP).

A COP é o órgão de governança da Convenção-Quadro e compreende todos seus Estados Partes. Durante suas sessões, os Estados Partes tomam conhecimento dos progressos e desafios na implementação global do tratado e adotam decisões para promover a sua implementação efetiva. Nessas sessões é permitida a participação, em status de observador, de organizações não governamentais, Estados não Parte da Convenção e organismos intergovernamentais. O status de observador é concedido apenas após sua solicitação formal pelo interessado e a devida aprovação pela COP, tendo como critério central o respeito ao artigo 5.3 da Convenção. Aos observadores é concedido o direito de expressar opiniões nas plenárias depois que as delegações tiverem se manifestado. Outra categoria de participação é a de público. Nessa categoria se inserem outros atores e organizações inclusive representações da indústria do tabaco. A princípio, essa categoria pode acompanhar as reuniões plenárias, a não ser que a COP decida o contrário. Porém sua participação é vedada em reuniões não plenárias como as reuniões de grupos de trabalho temáticos formados durante as sessões da COP. Não há direito de manifestação em plenária para essa categoria.

Em novembro de 2012, o Brasil participou da Quinta Sessão da Conferência das Partes (COP5) realizada em Seul/República da Coreia.

A delegação do Brasil teve como uma de suas missões principais redirecionar os rumos da minuta de recomendações e opções de políticas para implementação dos Artigos 17 e 18 que tratam respectivamente de alternativas econômicas à produção de fumo e riscos inerentes a essa atividade. Essa missão decorreu do entendimento do Brasil de que os termos dessa minuta que recomendavam a redução de áreas plantadas de fumo e outros tipos de restrições, eram inviáveis e não tinham legitimidade no âmbito da própria Convenção. Com esse objetivo, houve um grande esforço concentrado da delegação do Brasil, liderado pelo representante do Ministério das Relações Exteriores, que conduziu esse processo de forma bastante hábil. Um esforço que também envolveu os representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria-Executiva da CONICQ na elaboração de nova proposição, apoio na negociação da sua aprovação por outras delegações e principalmente negociações para garantir recursos para a continuidade dos trabalhos do Grupo de Trabalho (GT) dos artigos 17&18. Com isso, o Brasil assumiu a grande responsabilidade de liderar os trabalhos desse GT no período interssessional que antecede a COP6 tendo como objetivo elaborar uma nova minuta de recomendações e opções de políticas e desenvolver alguns projetos pilotos.

Ainda merece destaque o fato da delegação brasileira designada por ato presidencial ter contado com a participação de vários setores do Governo Federal – Ministério das Relações Exteriores, da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Advocacia-Geral da União. Isso permitiu que a delegação pudesse se dividir e participar não só das atividades do Comitê A e Comitê B da COP como também das várias outras reuniões temáticas que aconteceram de forma paralela durante a sessão. Assim, a elaboração das decisões relacionadas aos Artigos 6 contou com a participação ativa do Ministério da Fazenda e Secretaria da CONICQ; as relacionadas aos artigos 9&10, cigarro eletrônico e produtos de tabaco sem fumaça contou com a participação ativa de representantes da

ANVISA, as do artigo 19 com o representante da AGU. E os temas cooperação internacional, relatórios e questões administrativas e financeiras contou principalmente com a colaboração do representante da AISA e da Secretaria Executiva da CONICQ. E todos os temas contaram com o suporte do MRE e da Secretaria Executiva da CONICQ que inclusive coordenaram a reunião preparatória para organização do Instrutivo contendo as orientações para os posicionamentos da delegação.

O presente relatório teve como base os registros da Secretaria-Executiva da CONICQ e de alguns integrantes da delegação brasileira, e inclui acontecimentos, dinâmicas e decisões da COP5, bem como aspectos relevantes sobre a participação da delegação brasileira. Inclui ainda compromissos assumidos pelo país, dificuldades encontradas e recomendações. Aborda também a atuação da comitiva da cadeia produtiva de fumo, formada por parlamentares, prefeitos de regiões produtoras de fumo no Brasil e representantes do sindicato da indústria do tabaco e de associações de produtores de fumo.

Por fim, agradecemos o apoio recebido por instituições parceiras e engajadas nas ações da Política Nacional de Controle do Tabaco executadas pelo Instituto Nacional do Câncer, com destaque para a Fundação do Cancer e Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS).

Tânia Cavalcante
Secretária-Executiva
Comissão Nacional para Implementação da
Convenção-Quadro para Controle do Tabaco
Instituto Nacional de Câncer- Gabinete da Direção Geral
Ministério da Saúde

Sumário

Introdução	5
A delegação do Brasil	5
Cerimônia de abertura - destaques	6
Dinâmica dos trabalhos e a participação da delegação	9
Limitada a participação da indústria do tabaco nas atividades do Comitê A e B	10
A atuação da delegação do Brasil	11
Os principais itens da agenda da COP5 e respectivas decisões	13
Cobertura da mídia	28
A participação de organizações não governamentais	28
Próximos passos e recomendações para o Brasil :	30
Quadro de Grupos de trabalho e de experts e datas relevantes	32
ANEXO I	33
ANEXO II	34
ANEXO III	37
ANEXO IV	39
ANEXO V	42
ANEXO VI	45

Relatório sobre a 5ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco¹

Introdução

A 5ª Sessão da Conferência das Partes (COP5) da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco aconteceu em Seul entre os dias 12 e 17 de novembro de 2012 na Convention & Exhibition Center (COEX). A COP5 reuniu delegados de mais de 140 Estados Partes, representantes de organizações não governamentais, de organizações intergovernamentais, cujas áreas de atuação se alinham aos objetivos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT). Também participaram, na condição de público, representantes da cadeia produtiva de tabaco de diferentes países, inclusive do Brasil.²

As atividades preparatórias das delegações começaram a partir do dia 11 de novembro quando aconteceram as primeiras reuniões regionais com o objetivo de identificar na pauta da COP5 temas a serem consensuados regionalmente. A partir do dia 12 de novembro, estas reuniões regionais passaram a acontecer antes das plenárias.

A delegação do Brasil

A delegação do Brasil foi composta por representantes do Ministério da Saúde, das Relações Exteriores, da Fazenda, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e Advocacia-Geral da União:

Ministério das Relações Exteriores

- Ministro-Conselheiro Sérgio Luis Lebedeff Rocha (Chefe da Delegação)
- Secretário Fabrício Prado

Ministério da Saúde

- Tânia Maria Cavalcante – Secretária-Executiva da CONICQ/INCA
- Leandro Viegas – Assessoria Internacional
- Érica Cavalcanti Rangel – Secretaria-Executiva da CONICQ/INCA
- Mariana Coutinho Marques de Pinho – Secretaria-Executiva da CONICQ/INCA

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

- Ana Claudia Bastos de Andrade
- André Luiz Oliveira da Silva
- Luiz Bernardo Delgado Bieber

¹ Relatório elaborado pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CONICQ).

² Comitiva divulga resultados positivos da COP 5 – Globo TV - <http://globoTV.globo.com/rbs-rs/jornal-do-almoco/v/comitiva-divulga-resultado-positivos-da-cop-5/2246694/>

Ministério da Fazenda

- Marcelo Fisch B. Menezes

Ministério do Desenvolvimento Agrário

- Nilton Pinho de Bem
- Hur Ben Corrêa da Silva

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- Sávio Rafael Pereira

Advocacia-Geral da União

- Ana Cláudia de Sousa Freitas



Foto 1 – Delegação do Brasil na COP5, Plenária da Abertura dos trabalhos no dia 12 de novembro de 2012.

A designação presidencial da delegação brasileira foi datada de 14/11/2012 e publicada no Diário Oficial da União nº 221 Seção 2 em 16/11/2012, conforme ANEXO I.

Vale salientar que todo processo de formação da delegação brasileira sofreu pressão de parlamentares de regiões produtoras de fumo, que queriam participar da COP5 como membro oficial da delegação. Em um primeiro momento, a delegação chegou a incluir um deputado do estado de Santa Catarina, que posteriormente foi excluído em função da decisão do governo de compô-la apenas com representações do Poder Executivo.

Cerimônia de abertura - destaques

A COP5 começou com uma plenária no dia 12 de novembro quando o Presidente da COP5, o embaixador do Uruguai Ricardo Varela Fernandez, abriu os trabalhos e deu as boas vindas às delegações. O presidente também deu as boas vindas ao Primeiro Ministro da República da Coreia Mr. Kim Hwang-Sik e ao Ministro da Saúde daquele país Mr. RIM Chemin, e à Dra. Margaret Chan, Diretora-Geral da OMS.

Na sequência, adotou a agenda da COP5. No entanto, diferentemente das COP anteriores, foi consensuada uma inversão de itens da agenda, de forma a realocar a aprovação da minuta de protocolo para eliminação do mercado ilegal de tabaco para o início dos trabalhos. Assim, a histórica aprovação do primeiro protocolo da CQCT

aconteceu antes dos pronunciamentos das autoridades e das delegações, um momento permeado de muita emoção e aplausos em reconhecimento à superação de todas as dificuldades envolvidas no seu complexo processo de negociação.

O Presidente da COP também consensuou com as delegações a manutenção da prática das Conferências anteriores de divisão dos trabalhos em dois Comitês: Comitê A, para tratar dos temas técnicos da agenda e Comitê B, para tratar dos temas administrativos, financeiros e de cooperação.

Ainda como parte da abertura da COP5, o Presidente da COP anunciou a solicitação para *status* de observador submetida pelas organizações Interpol e South Center. Em seguida, o chefe do Secretariado apresentou o relatório sobre a implementação da Convenção. Nesse relatório vale destacar a menção ao Brasil por ter proibido os aditivos em produtos de tabaco em março de 2012.

Na sequência, o Presidente abriu o microfone para os pronunciamentos das autoridades e depois das delegações.

Fizeram pronunciamento representantes do governo da República da Coreia, e a Diretora-Geral da Organização Mundial de Saúde Dra. Margaret Chan.



Foto 2: Margaret Chan, Diretora-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), em discurso na Abertura da COP5/OMS no COEX em Seul/República da Coreia no dia 12 de novembro de 2012/Yonhap

A Dra. Chan no seu discurso pontuou avanços já alcançados com a Convenção: *a Convenção já conta com 176 Estados Partes e sua cobertura já atinge cerca de 90% da população mundial.* E de forma contundente, mencionou que *a indústria do tabaco comporta-se como uma substância corrosiva capaz de causar prejuízos às defesas dos países e a responsabilidade das Partes da Convenção é consertar os prejuízos, utilizando-se da ciência e das evidências, apoiadas pelos instrumentos do tratado assegurados legalmente.* Agradeceu à Austrália e Noruega por terem aplicado medidas relevantes no controle do tabaco. Agradeceu à sociedade civil por manter os olhos da

população atentos às ações da indústria. Finalizou o discurso, manifestando que acredita que os bons sempre vencem no final (ANEXO II).³

O discurso do Brasil foi proferido pelo chefe da delegação Ministro-Conselheiro Sérgio Lebedeff da embaixada do Brasil em Seul. A minuta do discurso do Brasil foi elaborada pela Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CONICQ) a partir das contribuições de seus membros, dos seminários abertos realizados pela Comissão e por pontos consensuados em sua 33ª Reunião. (ANEXO III)

Abaixo os principais temas do pronunciamento do Brasil:

- Significativa redução da prevalência de fumantes e seu impacto na redução de mortes por doenças tabaco relacionadas.
- Adoção de um Plano Nacional para o Combate as Doenças Não Transmissíveis, tendo o fortalecimento da implementação da CQCT como uma de suas medidas centrais.
- Política de preços e impostos sobre o setor fumo contemplando um aumento gradual dos impostos sobre cigarros e política de preços mínimos.
- Iniciativas nacionais para conter o mercado ilegal de cigarros e seus resultados.
- Proibição de aditivos em produtos de tabaco, apesar da pressão da indústria do tabaco.
- Participação ativa do Brasil nos grupos de trabalho da Convenção sobre Artigos 6, 9&10, e 17&18, e no Órgão de Negociação Intergovernamental do protocolo para eliminação do mercado ilegal de produtos de tabaco.
- Posicionamento contrário do Brasil ao documento base para deliberações sobre os Artigos 17 e 18 no que tange a recomendações de restrição de áreas plantadas e progressos no Programa Nacional de Diversificação nas Áreas Cultivadas pelo Tabaco.
- Caráter intersetorial da governança da implementação da Convenção Quadro através da CONICQ, composta de 18 diferentes representações do Governo Federal, como um mecanismo importante para garantir coerência do governo no cumprimento das obrigações da CQCT.

Na condição de Presidência *Pro Tempore* do Mercosul, a delegação do Brasil também teve a missão de coordenar a elaboração de um pronunciamento em nome da região, que tem *status* de observador formal nas sessões da COP.

A elaboração do pronunciamento foi coordenada pela representação do Brasil na Comissão Intergovernamental para Controle do Tabaco (CICT) – INCA – através de um processo que envolveu pactuação dos temas a serem abordados durante a XVI Reunião da CICT no Rio de Janeiro em agosto de 2012, elaboração da minuta pela CICT/Brasil, aprovação da mesma através de consultas realizadas pela Coordenação Nacional de Saúde no Mercosul/Gabinete do Ministro da Saúde do Brasil às Coordenações

³WHO Director-General - Dr Margaret Chan Director-General of the World Health Organization - Address to the Fifth Session of the Conference of the Parties to the WHO Framework Convention on Tobacco Control Seoul, Republic of Korea 12 Nov 2012 http://www.who.int/dg/speeches/2012/tobacco_control_20121112/en/index.html

Nacionais de Saúde no Mercosul dos Estados Partes e Associados do Mercosul. O discurso encontra-se no ANEXO IV.

Vale salientar que o Mercosul recebeu o Prêmio Orquídea em função do relato dos avanços da região descritos no pronunciamento e, em especial, pela cooperação regional na implementação da CQCT, por colocar o controle do tabaco na agenda de desenvolvimento e priorizar a saúde acima de comércio.⁴

Posteriormente, foi realizado um painel de alto nível para discussão dos avanços e desafios na implementação da Convenção com quatro painelistas: Ministro da Saúde do Butão, Ministra da Saúde da Austrália, Diretor Geral da Saúde e dos Consumidores da Comissão Europeia e Ministro da Saúde de Fiji. Esse painel foi coordenado pelo Presidente da COP. As delegações foram convidadas a apresentar comentários e questões aos painelistas.



Figura 1 – Recorte do Boletim 119 da *Framework Convention Alliance (FCA)* do dia 14 de novembro de 2012 que oferece ao Mercosul o Prêmio Orquídea

Dinâmica dos trabalhos e a participação da delegação

A partir do segundo dia da sessão, a delegação se dividiu, de acordo com a proposta de dinâmica dos trabalhos dos Comitês da Conferência das Partes:

- Comitê A tratou dos temas da agenda de cunho técnico relativos às decisões de diretrizes, protocolos e de resoluções que constavam como item 6 da agenda.

⁴ Boletins da Framework Convention Alliance estão acessíveis em:
http://www.fctc.org/index.php?option=com_content&view=article&id=820:cop5-meeting-resources-page&catid=222:meeting-resources&Itemid=591

- Comitê B abordou os temas da agenda relativos às questões administrativas, financeiras, relatórios e cooperação internacional (Itens 7 e 8 da Agenda).

Para coordenar os trabalhos do Comitê A foram indicados a Sra. Nuntavarn Vikit-Vadakan da Tailândia para a presidência, e o Dr. Frank Niggemeier da Alemanha e o Dr. Jawad Al-Lawati de Oma, como vice-presidentes.

Para o Comitê B foram indicados o Sr. Caxton Masudi Ngeywo do Quênia para presidência, e o Sr. Ganglip Kim da República da Coreia e o Sr. Leandro Viegas do Brasil, como vice-presidentes.



Além das atividades nos Comitês A e B, todas as manhãs, as delegações se reuniam por Regiões da OMS. O Brasil reuniu-se com países da Região das Américas (AMRO), momento em que as delegações eram informadas sobre algumas deliberações do *Bureau* da COP e se buscava consenso sobre pontos da agenda do dia e outros temas relevantes para a Região.

Os representantes da delegação brasileira organizavam-se para os debates, conforme o tema a ser discutido.

Além disso, durante toda a semana, na medida em que não se chegava a consenso sobre temas específicos nas plenárias dos Comitês A e B, eram constituídos grupos informais para buscar o consenso quanto a ajustes nas minutas de diretrizes, como foi o caso das discussões sobre os Artigos 6, 9&10, e 17&18. Assim, a delegação brasileira foi demandada ainda mais, tendo que se dividir e participar ativamente dessas atividades, enquanto as sessões ordinárias dos Comitês aconteciam.

Limitada a participação da indústria do tabaco nas atividades do Comitê A e B

Visando proteger o processo de decisões da COP da interferência da indústria do tabaco (CQCT, Artigo 5.3), uma das deliberações de ambos os Comitês, antes de iniciar seus trabalhos, foi de que estes não seriam abertos à participação de inscritos na condição de público, o que vedou a entrada de representantes da indústria do tabaco ou de qualquer outro inscrito nessa condição.

Os trabalhos do Comitê A e B foram permeados por grupos informais de redação para temas cujos produtos apresentados (minutas de diretrizes ou projetos de decisão) precisavam de ajustes para consenso quanto a seus termos. Vários temas demandaram essa dinâmica, tais como o Artigo 6 (preços e impostos sobre setor tabaco), Artigo 9 e 10 (regulação dos produtos de tabaco e divulgação de seus conteúdos e emissões), revisão sobre produtos de tabaco sem fumaça e cigarros eletrônicos, e Artigo 17 e 18 (alternativas à produção de tabaco e riscos ambientais e sanitários inerentes a essa atividade). Essas atividades foram também vedadas à participação de pessoas com crachá de público.



Figura 2 – Uma das várias matérias divulgadas diariamente em veículos de comunicação das regiões produtoras.

A matéria acima foi divulgada no Jornal Gazeta do Sul em 14 de novembro de 2012. Na foto estão representantes da cadeia produtiva de fumo no Brasil junto com parlamentares dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina em frente à entrada da plenária da COP5.⁵

A atuação da delegação do Brasil

O Brasil foi para a COP5 com a missão especial de redirecionar os rumos da minuta de recomendações e opções de políticas para implementação dos Artigos 17 e 18 em função dos termos que recomendavam a redução de áreas plantadas de fumo e outros tipos de restrições, consideradas inviáveis e sem legitimidade no âmbito da própria Convenção.

Vale salientar que esses termos foram mantidos à revelia do Brasil, que participou na condição de país facilitador do Grupo de Trabalho (GT 17&18) que elaborou esse documento. Uma situação que foi atribuída a uma condução equivocada do Secretariado da Convenção, que adotou uma posição autoritária e inflexível quanto às mudanças propostas pelo Brasil e outros países (União Europeia, Grécia entre outros) durante a reunião do GT em fevereiro de 2012, conforme relato encaminhado pela Secretaria-Executiva da CONICQ ao MRE na ocasião.

O posicionamento contundente sustentado pelo Brasil sobre esse tema, embora tenha gerado um desgaste junto ao Secretariado da Convenção e à presidência do GT 17&18, exercida pelo México, teve um amplo apoio da Região das Américas (AMRO), da União Europeia e dos países africanos. Os resultados desse esforço foram bastante positivos, pois a proposição elaborada e negociada pelo Brasil como alternativa ao documento-base apresentado à COP5 foi aprovada como documento de decisão sobre esse tema.

⁵ A referida imagem foi retirada do site do Jornal Gazeta do Sul através do link http://www.gaz.com.br/noticia/378407-cop_5_continua_com_portas_fechadas_para_o_setor_do_tabaco.html.



Foto 3 – Diplomata Fabrício Prado (centro) em reunião informal com representantes da Grécia, Itália, Espanha, Turquia e México sobre as recomendações de implementação dos Artigos 17 e 18

Nesse sentido, vale destacar o grande esforço empreendido pela delegação do Brasil, principalmente pelo diplomata Fabrício Prado, que liderou de forma bastante hábil e ágil todo o processo negociador sobre esse tema durante a COP. Um esforço que envolveu desde a elaboração de nova proposição em conjunto com a Secretaria-Executiva da CONICQ e representantes do MDA, até a negociação para que se garantisse o amplo apoio das delegações presentes e os recursos para a continuidade dos trabalhos desse GT em 2013 e 2014. Vale salientar que, além de tudo, um dos temas mais difíceis da COP5 envolveu a alocação de recursos financeiros para os trabalhos preparatórios para a COP6.

Esse esforço culminou com a aprovação da continuidade do GT 17&18, e de recursos para seus trabalhos e com a rejeição da minuta de recomendações e opções de políticas apresentada pela presidência do GT.

Essa foi uma das várias atividades que demandaram um grande esforço de participação da delegação no sentido de cobrir as diferentes frentes de negociação e articulação envolvidas nos processos de análise e aprovação dos temas que permearam a COP5.



Foto 4 – Negociações lideradas pelo Brasil na COP5 para reajustes dos trabalhos do GT 17&18. O terceiro da esquerda para direita é o diplomata Fabrício Prado ladeado pelos representantes do MDA na delegação brasileira, Hur Ben Correia (à esquerda na foto) e Nilton de Bem (à direita na foto).

A delegação ainda se dividiu para participar nos grupos informais sobre os Artigos 6, 9&10, cigarro eletrônico e produtos de tabaco sem fumaça. Nesse sentido, foi muito importante que a delegação pudesse contar com a participação de vários setores do Governo Federal, para que os diferentes temas discutidos pudessem ficar cobertos por aqueles sob cujas responsabilidades estão os mesmos .

Um elemento dificultador nessa sessão da COP foi a distância entre as diferentes salas onde aconteceram as reuniões formais e informais para tratar dos diferentes temas, exigindo um esforço adicional de deslocamento e comunicação ágil entre os membros da delegação.

Além disso, outro fator complicador, que exigiu um maior esforço da delegação, se relacionou à demanda e pressão sobre a mesma da comitiva da cadeia produtiva de fumo, que acompanhou a COP5 no *hall* de entrada da plenária, já que não tinham acesso às atividades dos Comitês A e B.

Essa comitiva, formada por parlamentares, prefeitos de regiões produtoras de fumo no Brasil e representantes do sindicato da indústria do tabaco e de associações de produtores de fumo, teve como principal interesse acompanhar as decisões relativas aos Artigos 17 e 18. Esse tema já vinha demandando, desde o início de 2012, um grande esforço da CONICQ, no sentido de esclarecer aos fumicultores de regiões produtoras de fumo alarmados com a possibilidade de que fossem adotadas medidas para restringir a produção de fumo, nos termos do documento-base para as deliberações da COP5 sobre os Artigos 17 e 18.

Também foram importantes os trabalhos preparatórios para a COP5 conduzidos pela CONICQ (Seminários e 33ª Reunião da CONICQ), pois permitiram analisar os diferentes documentos-base para as decisões da quinta Conferência das Partes, e delinear os posicionamentos a serem levados pelo Brasil.

Vários setores que integram a CONICQ colaboraram analisando os documentos pertinentes a sua área. Tais análises compuseram o Instrutivo levado pela delegação, cuja elaboração foi coordenada pela Secretaria-Executiva da CONICQ (INCA).

Os principais itens da agenda da COP5 e respectivas decisões

Decisão FCTC/COP5(1)

Protocolo para eliminar o comércio ilícito de produtos do tabaco – Art. 15 CQCT

A COP decidiu adotar o Protocolo para eliminar o comércio ilícito de produtos do tabaco e convocar todas as Partes da Convenção para assinar, ratificar, aceitar, aprovar e formalmente confirmar o Protocolo o mais breve possível, para que o mesmo entre em vigor. Uma das preocupações da COP é garantir que o protocolo entre em vigor e que haja mecanismos para viabilizar a governança de sua implementação.

Foi discutido um mapa para os trabalhos preparatórios voltados para a implementação do protocolo e alocados 345 mil dólares das contribuições voluntárias para preparação e realização da primeira reunião das Partes do Protocolo. O Secretariado foi mandatado a levantar mais 700 mil dólares para cobrir as seguintes atividades:

- Assistência técnica através de *workshops* e visitas aos países
- Artigos de *experts* sobre dispositivos específicos do Protocolo
- Parceria com organizações internacionais relevantes
- Promover o uso dos estudos sobre *tracking and tracing*
- Levantar as necessidades de assistência técnica e capacitação

Maiores detalhes para o processo de adoção e ratificação do protocolo podem ser encontrados no documento: “*Draft protocol to eliminate illicit trade in tobacco products: procedural matters*”.⁶

COMENTÁRIOS:

O Brasil precisa se preparar para ratificar a adesão ao protocolo, o que significa tramitar o seu texto no Congresso Nacional.

É importante que no âmbito do Mercosul sejam discutidos mecanismos de cooperação intersetorial voltados para a ratificação e implementação do protocolo. Porém, é importante que o Brasil esteja alerta frente à complexa situação do Paraguai, que é um dos principais países fonte de contrabando de cigarros para o Brasil. Atualmente, o Paraguai está suspenso como Estado-Parte do Mercosul e tem como um dos mais fortes candidatos à presidência da República, o Sr. Horacio Cortez, dono da maior companhia de tabaco do país, a Tabesa, cujos produtos são amplamente contrabandeados para o Brasil.

Vale ressaltar que o Paraguai não esteve representado na COP5 (pela primeira vez não esteve representado em atividades da Convenção).

⁶ O Protocolo encontra-se no link: http://apps.who.int/gb/fctc/PDF/cop5/FCTC_COP5_ID4-en.pdf.

Abaixo, uma matéria veiculada pela FCA durante a COP5 sobre esse tema.⁷

ISSUE 122 SATURDAY, 17 NOVEMBER 2012 SEOUL

FRAMEWORK CONVENTION
ALLIANCE
MULTI-LATERAL SUPPORT FOR TOBACCO CONTROL

BULLETIN

PARAGUAY Y EL CONTROL DEL TABACO: UN FUTURO PREOCUPANTE

Paraguay es un país latinoamericano de ingresos medio-bajos, con una fuerte industria tabacalera nacional, que mayoritariamente está involucrada en fabricación ilegal. Dicho país es responsable de producir el 10% de los productos de tabaco que se comercian ilícitamente a nivel mundial.

A pesar de esta situación, de escasos recursos y ausencia de compromiso político, Paraguay ha intentado enfrentar la actual epidemia de tabaquismo en base a esfuerzos del Ministerio de Salud y la cooperación con la sociedad civil nacional e internacional.

El anterior Gobierno de Paraguay intentó, por vía decreto, implementar varias de las medidas principales del CMCT, como los ambientes libres de humo y las advertencias sanitarias, pero la interferencia de la industria tabacalera impidió la aplicación de dichas medidas.

En los últimos años, habría habido un aumento de la producción y venta ilegal de productos de tabaco, destinada principalmente al mercado regional e internacional. Los tímidos esfuerzos desarrollados por el Ministerio de Hacienda, y las acciones de la sociedad civil nacional e internacional, no han sido tenidos en cuenta por el actual Gobierno. Paraguay ha sido informado,

reiteradamente, de la importancia de aplicar los controles adecuados al negocio del comercio ilícito del tabaco originado en dicho país, para la región y el resto del mundo.

Es de destacar que el actual presidente, Dr. Federico Franco, es médico y a pesar de haber sido informado de los compromisos internacionales adquiridos por Paraguay bajo el CMCT, no ha demostrado "voluntad política" para cumplir con dichos compromisos.

Pero la situación puede aún empeorar.

Paraguay se enfrentará en muy corto plazo a un proceso electoral y el candidato con mayor probabilidad de ganar las elecciones sería el Sr. Horacio Cartes, quien es uno de los principales tabacaleros, bajo sospecha de vinculaciones con el narcotráfico. De ocurrir esto, es muy probable que se facilite el comercio ilícito del tabaco desde Paraguay, hacia la región y el mundo. Pero además, como "empresario" podría desarrollar acuerdos con sus actuales "competidores," las multinacionales tabacaleras, y constituirse en "cabeza de puente" para sabotear los avances en control del tabaco que actualmente está desarrollando la región.

La comunidad internacional vinculada al control del tabaco y el CMCT, y en especial los países afectados por el comercio ilegal



originado en Paraguay, deberían tener en cuenta esta potencial situación política, y pensar en monitorizar y contrarrestar el daño que esta eventual situación política pudiera causar.

Nos veríamos enfrentados a la inédita situación de que un Estado Parte del CMCT tiene como Presidente a un "tabacalero."

Paraguay surte el 10% del contrabando mundial de cigarrillos. Diario ABC (Paraguay). <http://archivo.abc.com.py/2009-06-30/articulos/535665/paraguay-surte-el-10-del-contrabando-mundial-de-cigarrillos>

Dichos de Mujica generan conflicto dentro del Partido Colorado Paraguayo. La República (Uruguay) <http://www.diariolarepublica.net/2012/07/dichos-de-mujica-generan-conflicto-dentro-del-partido-colorado-paraguayo/>

Dr. Eduardo Bianco, CIET Uruguay

4

Figura 3 – Recorte do Boletim 122 da FCA do dia 17 de novembro de 2012 sobre a situação do Paraguai e o controle do tabaco

Decisão FCTC/COP5(2)

Aplicação para *status* observador da COP

A COP decidiu pela concessão do *status* de observador para South Center⁸, e pelo adiamento da decisão quanto ao pedido apresentado pelo INTERPOL⁹. Foi conferindo o

⁷ Boletins da Framework Convention Alliance estão acessíveis em:

http://www.fctc.org/index.php?option=com_content&view=article&id=820:cop5-meeting-resources-page&catid=222:meeting-resources&Itemid=591

⁸ Organização intergovernamental de países em desenvolvimento, conta com 51 Estados-membros e tem sede em Genebra/Suíça.

mandato ao Bureau da COP para contatar a INTERPOL e pedir esclarecimentos sobre as considerações relativas à sua aplicação para o observador, considerando a Regra 30 das Regras de Procedimento da COP, em particular em relação ao Artigo 5.3 da Convenção-Quadro, e apresentar um relatório na próxima sessão regular da COP.

Decisão FCTC/COP5(4)

Credenciamento das delegações

Foi reconhecido o credenciamento de 118 Estados-Partes da COP. Os representantes de outras 24 Partes tiveram provisoriamente o direito de participar na sessão com todos os direitos até à chegada de suas credenciais. Lista em ANEXO V contem o nome de todas as 142 Partes mencionadas.

Relatório do Secretariado da Convenção e relatório global de progresso sobre a implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, seguido de debate geral

O chefe do Secretariado da Convenção apresentou o relatório e distribuiu uma cópia editada do mesmo¹⁰. Os Estados-Partes manifestaram as boas vindas ao relatório. As decisões sobre os relatórios e outros informes sobre a Convenção estão mais a frente neste documento.

Decisão FCTC/COP5(5)

Declaração de Seul

Observando o relatório do Secretariado da Convenção sobre os progressos realizados em todo o mundo na implementação da CQCT;

Lembrando a decisão FCTC/COP4 (5) em adotar a Declaração de Punta del Este sobre a implementação da CQCT;

Congratulando-se com as declarações políticas da Primeira Conferência Ministerial sobre Estilos de Vida Saudáveis e Controle de Doenças Não Transmissíveis, em abril de 2011, a Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis, realizado em setembro e 2011,

⁹ Maior organização policial internacional, conta com 190 países-membros e tem sede em Lyon/França.

¹⁰ Report of the Convention Secretariat on its activities and global progress on implementation of the Convention Address by Dr Haik Nikogosian, Head of the Convention Secretariat, 12 November 2012, http://apps.who.int/gb/fctc/PDF/cop5/FCTC_COP5_DIV3-en.pdf Versão ingles do 2012 Global Progress Report: http://www.who.int/fctc/reporting/2012_global_progress_report_en.pdf.

com a Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde, realizada em outubro de 2011, e com a Declaração Política Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em junho de 2012, e Resolução do ECOSOC, adotada em julho de 2012, sobre a aplicação de um controle consistente no controle do tabaco em todo o sistema Nações Unidas,

Reconhecendo que a carga global e a ameaça de doenças não transmissíveis constituem um dos principais obstáculos para o desenvolvimento sustentável, e reconhecendo a importância crítica da redução da exposição do indivíduo e da população a fatores de risco relacionados ao consumo de tabaco e exposição à fumaça proveniente de produtos do tabaco;

Reconhecendo que o controle do tabaco também contribui para a melhoria da saúde pública e promove o direito fundamental de todo ser humano de desfrutar o mais elevado nível possível de saúde;

Insistindo no apelo da comunidade internacional para que as Partes acelerem a aplicação da Convenção, e para os países que ainda não o fizeram, passem a considerar a possibilidade de aderir ao tratado;

Observando a preocupação de que o obstáculo mais comum para a implementação efetiva da Convenção é a interferência da indústria do tabaco;

Recordando o conflito fundamental e irreconciliável entre os interesses da indústria do tabaco e das políticas de saúde pública;

Reiterando o seu compromisso de dar prioridade ao direito de proteger a saúde pública,

As Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco declaram:

1. Seu compromisso para acelerar a implementação da Convenção, a fim de reduzir a contínua e substancial a prevalência do consumo de tabaco e exposição à fumaça do tabaco.
2. Sua determinação em apoiar estratégias locais, regionais e internacionais abrangentes, controle multissetorial e coordenado do tabaco, reconhecendo que a prevenção eficaz e controle de doenças não transmissíveis exigem estratégias que cobrem todas as autoridades públicas.
3. Seu compromisso de continuar os esforços para mobilizar recursos financeiros e técnicos necessários para apoiar atividades de controle de tabaco, especialmente em países em desenvolvimento e países com economias em transição.
4. Sua decisão de intensificar as medidas para proteger as políticas de controle do tabaco de interesses comerciais e outros criados pela indústria do tabaco, como previsto no artigo 5.3 da Convenção e em conformidade com as orientações para a sua implementação.
5. Sua determinação de não permitir a interferência da indústria do tabaco para retardar ou impedir o desenvolvimento e implementação de medidas de controle do tabaco em defesa da saúde pública e em conformidade com a Convenção e com suas diretrizes.
6. Seu compromisso de trabalhar juntos e com o Secretariado da Convenção e outros organismos internacionais, de acordo com o artigo 22 da Convenção, no reforço da sua capacidade para cumprir as obrigações decorrentes da Convenção e qualquer esforço para combater a interferência da indústria do tabaco.

Decisão FCTC/COP5(6)

Desenvolvimento das diretrizes parciais – Art. 9 e 10 CQCT (Regulamentação do conteúdo dos produtos de tabaco e Regulação das informações públicas sobre os produtos)

Foram adotadas duas novas orientações para as diretrizes parciais (sobre redução da propensão de ignição e sobre a disponibilização de informações ao público, de acordo com a legislação nacional, relacionadas a emissões e ingredientes dos produtos de tabaco).

Foi decidido que o Grupo de Trabalho sobre os Artigos 9 e 10 (GT 9&10) terá continuidade em face da necessidade de constante monitoramento e pesquisas quanto ao conteúdo e emissão dos produtos derivados tabaco.

COMENTÁRIOS:

Como país facilitador deste GT 9&10, o Brasil deverá participar em reunião prevista para 2014, conforme Plano de Trabalho aprovado nesta COP5, tendo em vista que o GT precisa apresentar relatório para a próxima COP.

Decisão FCTC/COP5(7)

Conjunto de princípios orientadores e recomendações para implementação do Art. 6 CQCT (Preços e impostos para reduzir a demanda de tabaco)

Como não houve consenso ainda sobre todos os termos da minuta de diretrizes apresentada, foram aprovadas apenas trechos desta sob o título de “grupo de princípios orientadores e recomendações provisórias” para a implementação do artigo 6.

Foi estabelecido um Grupo de Redação Aberto para continuar com o trabalho de elaboração das Diretrizes para implementação do artigo 6, a ser apresentada a COP6. As Partes interessadas em integrar esse grupo deverá manifestar a intenção junto ao Secretariado até 31 de janeiro de 2013.

COMENTÁRIOS:

Uma das posições defendidas pelo Brasil foi consensuada: deletar o artigo 7 (mercado ilegal) que busca relacionar o aumento de impostos/preços com o aumento do mercado ilegal.

No entanto, não foi consensuada a exclusão do princípio (iii) defendida pela delegação do Brasil. Não insistimos na sua exclusão em função da exiguidade do tempo e porque a decisão de diretrizes parciais provisórias permitirá que seja rediscutido com maior

argumentação. Além disso, consultamos o legal advisor, que explicou que os temas acordados pelo GT ainda poderiam ser revistos pela COP6. Para que o Brasil possa levar a proposta de alteração da redação descrita abaixo, é preciso que encaminhe uma manifestação ao Secretariado da Convenção até 31 de janeiro de 2013 para integrar o Grupo de Redação.

Redação atual do princípio (iii):

(iii) Effective tobacco taxes are an important source of revenue

Effective tobacco taxes contribute significantly to State budgets. Increasing tobacco taxes generally further increases government revenues, as the increase in tax normally outweighs the decline in consumption of tobacco products.

Na continuidade dos trabalhos sobre o Artigo 6 , o Brasil poderá propor a total eliminação do princípio (iii) ou, como alternativa, levar as seguintes propostas para futura revisão:

1. Tirar o adjetivo “importante” do título do princípio e o termo “significantly” do seu texto explicativo, OU
2. Propor substituir o título do princípio pela a última frase da sua explicação:

Substituir “Effective tobacco taxes are an important source of revenue” **por** “Increase in tax normally outweighs the decline in consumption of tobacco products”.

Assim, o princípio poderia ser mudado para:

(iii) Increase in tax normally outweighs the decline in consumption of tobacco products.

Effective tobacco taxes can be an important source of revenue and can contribute to State budgets as the consequent price increase compensates the decline of tobacco products.

Argumento:

Ter como um dos princípios o reconhecimento da importância dos impostos de tabaco como fonte de arrecadação é bastante perigoso, pois reforça o argumento da indústria do tabaco – de que é uma das principais contribuintes e fontes de recursos para o governo – como forma de dissuadir adoções de medidas de redução de consumo que possam impactar na redução dessa arrecadação. Isso sem falar que, de certa forma, nega o fato de que o que os custos tabaco-relacionados sociais e sanitários, de longe, suplantam o montante arrecadado, conforme já demonstrados em estudos em países como EUA, Canadá dentre outros, e também no Brasil.

Um dos principais oponentes da exclusão desse princípio foi a União Europeia, e teve o apoio da Tailândia. Sendo que este último país defendeu que, embora entendesse a preocupação do Brasil, esse princípio teria como função estimular os governos a aumentarem os impostos sobre produtos de tabaco.

Decisão FCTC/COP5(8)

Alternativas economicamente viáveis à cultura do fumo – Art. 17 e 18 CQCT

A minuta de recomendações e opções de políticas para implementação dos Artigos 17 e 18 não foi aprovada. A decisão foi de que o GT 17&18 continue os seus trabalhos para apresentar na COP6 um relatório de trabalho e uma minuta de opções de política e recomendações e uma padronização e aplicação da matriz metodológica, seguindo os seguintes aspectos:

- (a) Identificação participativa de sistemas agrários dos produtores de fumo (recursos naturais; disponibilidade dos meios de produção e determinantes socioeconômicos);
- (b) Projetos-piloto para identificar especificidades de uma dada área de produção de fumo;
- (c) Troca de informação entre as partes em cooperação;
- (d) Lições aprendidas (análises e achados);

Além disso, o GT deverá traçar estratégias e políticas com base na aplicação da matriz metodológica, a partir dos seguintes grupos de ações:

- (a) Assistência Técnica;
- (b) Organização social e econômica;
- (c) Crédito Rural ;
- (d) Garantia de preço;
- (e) Garantia de produção e renda;
- (f) Programa de aquisição de alimentos

COMENTÁRIOS :

A decisão também demandou ao Secretariado da Convenção que facilite a cooperação formal com organizações intergovernamentais e não governamentais, principalmente com a FAO e o Banco Mundial, para completar as tarefas; e que promova medidas custo efetivas para permitir que o Grupo de Trabalho complete essas tarefas, inclusive com reuniões virtuais quando necessário.

Essa decisão foi fruto do esforço da delegação do Brasil. E, certamente, demandará que o Brasil assuma a liderança da condução dos trabalhos intersessionais desse GT.

O Brasil assumiu o compromisso de realizar a primeira reunião do GT. Vale salientar que a mesma deverá acontecer no primeiro trimestre de 2013.

Isso implica em um trabalho intensivo principalmente do MDA, MRE apoiado pela Secretaria-Executiva da CONICQ, no sentido de acionar, desde já, o Secretariado da Convenção para auxiliar nesse processo. Isso precisa ser formalizado o quanto antes, para que possamos cumprir o cronograma estipulado na decisão.

Decisão FCTC/COP5(9)

Implementação do Art. 19 CQCT (Responsabilidade Legal)

Ficou decidida a criação de um Grupo de *Expert* (GE 19) com o mandato de analisar as melhores práticas já existentes e os obstáculos para litígios com vistas à recuperação de custos tabaco-relacionados e como abordá-los.

O Bureau da COP selecionará não mais do que três *experts* por região, e um observador com *expertise* específica na área por região poderá ser convidado.

Este grupo deverá:

- (a) Identificar, analisar e coletar melhores práticas em responsabilidade civil e penal, incluindo compensação,
- (b) Identificar obstáculos que impeçam ações efetivas na área cível e penal e providenciar opções para enfrentá-los,
- (c) Identificar opções disponíveis para o desenvolvimento da legislação para consideração das Partes,
- (d) Fornecer opções para o apoio técnico, cooperação internacional e troca de informações para uma implementação efetiva do Artigo 19 da CQCT,
- (e) Elaborar relatório, comunicado e opções para a sexta sessão da COP

COMENTÁRIOS :

Há interesse do Brasil em se fazer representar nesse comitê através da Advocacia-Geral da União (AGU). Para isso, é preciso que esse interesse seja formalmente manifestado pelo MRE junto ao Bureau da COP.

Decisão FCTC/COP5(10)

Controle e prevenção de produtos sem fumaça e sistemas eletrônicos de liberação de nicotina

A OMS foi convidada a produzir novos relatórios identificando melhores práticas para prevenção e controle dos produtos de tabaco sem fumaça e analisar as evidências emergentes sobre os impactos para a saúde dos sistemas eletrônicos de liberação de nicotina.

Decisão FCTC/COP5(11)

Informes sobre a Convenção

O Secretariado foi mandatado a desenvolver um Compêndio de Indicados da CQCT e apresentar às Partes até 1º de julho de 2013, com o intuito de permitir uma padronização dos mesmos bem como facilidade em utilizá-los. Além disso, o Secretariado deverá atualizar o instrumento e aplicar outras medidas para estimular e auxiliar a submissão voluntária dos relatórios pelas Partes.

Decisão FCTC/COP5(12)

Avaliação do impacto da Convenção-Quadro

Os debates do Comitê B iniciaram com o pedido de que o Secretariado prepare, até a COP6, um relatório apresentando um número de opções para condução de uma avaliação de impacto da Convenção após seus 10 anos de implementação, incluindo um levantamento dos custos dessa análise. A decisão foi aceita depois de intensos debates sobre os termos de referência para o trabalho do Secretariado.

Decisão FCTC/COP5(13)

Promoção da **Cooperação Sul-Sul** para implementação da CQCT

A COP requereu às Partes que se envolvam na Cooperação Sul-Sul e Triangular com o intuito de cooperar com os países em desenvolvimento, com o objetivo de atender às necessidades das Partes, incluindo o contexto regional e sub-regional. O Secretariado foi mandatado a continuar suas atividades na promoção desta cooperação, com a participação de organizações e órgãos relevantes, bem como implementar projetos de demonstração relacionados aos Artigos 11 e 13 da CQCT (Embalagem e Etiquetagem de produtos de tabaco, e Publicidade, promoção e patrocínio do tabaco).

Decisão FCTC/COP5(14)

Recursos financeiros, mecanismos de assistência e cooperação internacional
para fortalecimento da implementação sustentável da CQCT

Foi criado um Grupo de Trabalho sobre medidas sustentáveis para fortalecer a implementação da CQCT. As Partes interessadas em participar como parceiros e/ou facilitadores devem se pronunciar até o dia 28 de fevereiro de 2013.

O Secretariado deverá continuar a mobilização de recursos destinados à assistência aos países de menor capacidade para implementar a CQCT, incluindo mecanismos inovadores para o financiamento da convenção e o apoio à implementação das Diretrizes.

Deverá, também, manter o engajamento com a OMS para garantir a continuidade da sua participação das reuniões anuais da Força Tarefa Interação *Ad Hoc* para Controle do Tabaco das Nações Unidas, auxiliar as Partes a fortalecer estratégias, planos e programas amplos e multissetoriais nacional de controle do tabaco, conforme resolução da ECOSOC 2012, com vista a alcançar a coerência nacional no controle do tabaco.

COMENTÁRIOS :

Alguns países, como o Brasil, se colocaram à disposição para colaborar com os países que quiserem conhecer sua experiência na implementação da CQCT. Houve pedido de esclarecimentos sobre a relação entre o Secretariado, e os escritórios regionais e nacionais para a implementação da CQCT. Nigéria e Bolívia apresentaram propostas de medidas do Secretariado para o apoio a países de menor capacidade de implementação da CQCT.

Decisão FCTC/COP5(15)

Cooperação entre o Secretariado da Convenção, a Organização Mundial da Saúde, a **Organização Mundial do Comércio** (OMC), e a Conferência em Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas (UNCTAD)

O Secretariado foi mandatado a (1) prosseguir com atividades de compartilhamento de informação relacionadas ao Secretariado da OMS, o Secretariado da OMC e da UNCTAD relativas ao controle de tabaco, comércio e acordos internacionais, (2) continuar a cooperar com o Secretariado da OMS, o Secretariado da OMC e do secretariado da UNCTAD, no momento da prestação de apoio técnico às Partes; (3), em colaboração com o Secretariado da OMS, continuar a facilitar o intercâmbio de informações sobre questões relacionadas com o comércio, particularmente entre as Partes que tem problemas semelhantes; (4) para continuar a promover a comunicação e troca de informações das Partes entre os responsáveis por assuntos ligados ao comércio e à saúde; e (5) para continuar a acompanhar as questões de controle do tabaco e

comércio e informar regularmente à Conferência das Partes sobre suas atividades e sobre qualquer fato relevante para a implementação da Convenção.

COMENTÁRIOS:

Brasil apoiou o relatório apresentado pelo Secretariado e destacou a importância que o país confere à proteção e promoção da saúde. Foi reafirmada a Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e a Saúde Pública, que estabelece que o Acordo TRIPS não impede e não deve impedir que os países adotem medidas de proteção à saúde pública, devendo ser interpretado e implementado de maneira a apoiar o direito dos países de proteger a saúde pública. O Brasil manifestou a importância de uma colaboração forte e ativa entre a CQCT e a OMC, que poderia ser traduzida em benefícios para as Partes no tocante à coerência entre políticas e ao intercâmbio de informações.

O Canadá propôs uma declaração que se referia à publicação da OMS sobre acordos de comércio e desafios na implementação da Convenção.

Os países registraram a necessidade de aprofundamento da discussão sobre questões técnicas para a implementação dessas informações. Expressaram, também, preocupação para que nenhuma ação em termos de saúde tenha efeitos negativos sobre o comércio, mas destacaram a importância do monitoramento sobre as ações de comércio implementadas no âmbito da OMC e pediram informações para as Partes da Convenção, com relatórios regulares para a COP e para os órgãos diretivos da OMS, que incluam informações sobre as relações entre comércio e investimento.

Questões orçamentais e institucionais

Relatório de desempenho com base no plano de trabalho e orçamento 2010-2011

COMENTÁRIOS :

O Brasil destacou que o documento é importante fonte de informações para o monitoramento da implementação dos recursos da Convenção. O Brasil solicitou maior detalhamento sobre os gastos com viagens do Secretariado, especialmente no tocante às missões de assistência aos países para a implementação da Convenção.

Decisão FCTC/COP5(16)

Relatório de desempenho provisório com base no plano de trabalho e orçamento
2012-2013

O Secretariado deverá considerar a realização de reunião aberta do Grupo de Redação sobre o Artigo 6 em 2013 e a necessidade de contribuição extraorçamentária.

Existe um rol de atividades relacionadas ao Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de produtos do tabaco, algumas delas deverão ser executadas em 2013 e outras nos anos seguintes.

COMENTÁRIOS :

Não foi registrada nenhuma decisão ou comentário a cerca da reunião prevista para 2013 do Grupo de Experts sobre publicidade, propaganda, promoção e patrocínio transfronteiriços. De acordo com documento preparatório para esta COP5 FCTC/COP/5/20, a realização desta reunião dependia de disponibilidade de recurso extraorçamentário. Esse grupo foi criado na COP4 (Decisão FCTC/COP4(12)) compreenderia no máximo 15 membros.

Decisão FCTC/COP5(17)

Atraso no pagamento da contribuição voluntária

Quase a totalidade das Partes se encontra em situação de dívida com as contribuições voluntárias (VAC).

Foi aprovada a decisão de que o Secretariado (1) apresente métodos eficientes para o pagamento das contribuições, (2) procure as Partes com atraso no pagamento e defina um prazo para a resolução desta questão, e (3) prepare relatório sobre os desafios que as Partes enfrentam para o pagamento de suas cotas.

COMENTÁRIOS :

Houve tentativa de se aprovar linguagem que alterava as cotas de voluntárias para obrigatórias, recusada veementemente pelo Brasil, com o apoio de diversas delegações.

Decisão FCTC/COP5(18)

Harmonização do apoio disponível para **viagens** para as Partes da Convenção de acordo com a política atual da OMS

Além do esquema adotado pela COP4, foi aprovado o pagamento de diárias para representantes de países de menor e médio desenvolvimento, com incremento orçamentário no próximo biênio. A decisão será revista na COP6.

COMENTÁRIOS :

O debate sobre o financiamento das viagens para países de menor desenvolvimento (LDC) e de menor e médio desenvolvimento exigiu quase três dias de discussões. Houve grande resistência dos países desenvolvidos com relação ao esquema de financiamento aprovado pela COP4, pelo qual o primeiro grupo de países receberia passagens e diárias, e o segundo, somente passagens. A União Europeia manifestou no sentido de adotar a política da OMS – de pagar apenas passagens para os LDC, posição enfrentada pelos países em desenvolvimento.

Decisão FCTC/COP5(19)

Plano de trabalho e orçamento para o período financeiro de 2014-2015

O orçamento para 2014-2015 foi aprovado e quanto às reuniões de grupos intergovernamentais (GT 9&10, GT 17&18, GT medidas sustentáveis para fortalecer a implementação da Convenção, e GE 19) e reuniões das Partes do Protocolo, há previsão de recursos provenientes de contribuições voluntárias e de fundos extraorçamentários.

COMENTÁRIOS :

O Brasil contribuiu em muito para a aprovação do orçamento, tendo em vista que conseguiu manter o orçamento regular para as reuniões do GT 17&18.

Com relação à proposta da Convenção para o biênio 2014-2015, o Secretariado reclamou que tem tido dificuldades para implementar o Plano de trabalho, dado que já estão utilizando o fundo de contingenciamento e não poderão avançar se 100% das contribuições forem aportadas. Expressaram preocupação em que a falta de pagamento, sobretudo os atrasados de outros biênios, signifique falta de preocupação com a Convenção.

Algumas partes sugeriram a adoção de medidas coercitivas para os não-pagantes, o que poderia gerar debate sobre o assunto. Outras partes sugeriram que, ao contrário, haja medidas de promoção e difusão do pagamento das cotas, não coerções.

Decisão FCTC/COP5(20)

Atribuições do Bureau da COP

Foram acrescentadas à lista de atribuições do Bureau da COP algumas outras ações. Além disso, foi solicitado aos membros do Bureau que mantenham o canal de comunicação aberto com as Partes de sua respectiva Região informando-lhes sobre as atividades do Bureau.

Decisão FCTC/COP5(21)

Processo de nomeação do chefe do Secretariado da Convenção

Foi mandatado à Bureau da COP com a participação dos coordenadores Regionais que, em consulta às Partes, finalize o procedimento de nomeação e renovação do mandato do chefe do Secretariado da Convenção.

COMENTÁRIOS:

O segundo e último mandato do atual chefe do Secretariado Dr. Nikogosian terminará em junho de 2014. A decisão de extensão do mandato até a COP6 deverá ser tomada pelo Bureau da COP.

Decisão FCTC/COP5(22)

Acreditação de organizações não governamentais (ONG) como observadores na Conferência das Partes

Adotou os procedimentos propostos sobre o processo de acreditação de organizações não governamentais para *status* de observadores da COP. O formulário aprovado deverá ser disponibilizado na *web site* da WHO FCTC.

Além, disso, foi solicitado ao Secretariado que analise os informes recibidos de ONG e informe ao Bureau, que na próxima sessão da COP deverá decidir se manterá, suspenderá, ou interromperá a condição de observador de ONG acreditadas.

Decisão FCTC/COP5(23)

Eleição do Presidente e dos cinco Vice-Presidentes da COP

Foram eleitos para compor o Bureau da COP:

- Presidente: Professor Chang jin Moon , da República da Coreia
- Vice-Presidentes: Dr. Oleg Salagaj (Rússia), Sr. Amal Pusp (Índia), Sr. Yahia Bouzo (Síria), Sr. Denis Choinière (Canadá) e Sra. Dorkas Kiptui (Quênia).

COMENTÁRIOS :

O Canadá foi indicado pela Região das Américas (AMRO) para representar a região no Bureau da COP. O Sr. Denis Choiniere do Canadá apresentou uma proposta de manter um fluxo de comunicação com os demais países sobre as atividades do Bureau e, para isso, pediu que um país se candidatasse a fazer o elo entre o representante da Região no Bureau e os demais países. O México assumirá esse papel.

Decisão FCTC/COP5(24)

Data e local da COP6

A Rússia ofereceu a cidade de Moscou para sediar a sexta sessão da Conferência das Partes em 2014. O local e data exatos aguardam decisão do Secretariado juntamente com o governo russo.

COMENTÁRIOS :

Foi sugerido os meses entre novembro de 2014 e fevereiro de 2015. O governo russo ofereceu, ainda, apoio em viagens para as Partes que são países de baixa e média à baixa renda.

O Canadá propôs que a COP6 seja adiada até Fevereiro ou Março de 2015, de forma a coincidir com o 10º aniversário da data em que a Convenção entrou em vigor.

Cobertura da mídia

A quinta sessão da COP teve ampla cobertura pela mídia, onde foi registrada a atuação da delegação oficial brasileira, assim como a presença de representantes da cadeia produtiva do fumo. No ANEXO VI foram inseridas algumas matérias veiculadas, incluindo aquelas divulgadas com conteúdo distorcido e enviesado.

A participação de organizações não governamentais

A FCA¹¹, um conjunto de mais de 350 organizações não governamentais, se fez representar por suas organizações afiliadas de várias regiões. Diariamente, emitia boletins com críticas, comentários, sugestões e elogios. Como de praxe, a cada dia publicava nos seus boletins uma premiação positiva (Prêmio Orquídea) para as delegações que haviam se destacado em posicionamentos importantes para avançar na implementação da Convenção, e negativa (Cinzeiro Sujo), quando a delegação ou seus membros se posicionavam ou defendiam medidas consideradas obstáculos para a evolução da Convenção.

Vale salientar que o Mercosul foi contemplado com a premiação Orquídea em função do relato feito no discurso proferido pelo Brasil em nome da região, apontando os avanços da região e reafirmando o posicionamento regional de se manter firme no enfrentamento das estratégias da indústria do tabaco para reverter medidas da Convenção.



Foto 5 – Participação da FCA, um conjunto de mais de 350 organizações não governamentais durante a COP5

Acima, foto de membros da FCA exibindo o número de mortes tabaco relacionadas acumuladas desde que a COP5 iniciou.

A presença e a pressão de representantes da cadeia produtiva de fumo do Brasil

Representantes de organizações ligadas à cadeia produtiva do fumo e parlamentares defensores do setor fumo do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina fizeram plantão em frente à sala da plenária, como forma de “pressionar o governo para que não aprovasse a minuta de recomendações e políticas sobre alternativas ao fumo”.

Como esteve impedida de participar das plenárias do Comitê A e B, a comitiva do fumo demandou reuniões periódicas junto aos representantes do MRE.

Diversas matérias foram veiculadas em meios de comunicação regional, divulgando de forma enviesada, que os redirecionamentos alcançados pela delegação do Brasil para os Artigos 17 e 18 durante a COP5 foram resultantes da pressão que fizeram sobre o governo. Quando, na verdade, os esforços do governo nesse sentido aconteceram devido ao reconhecimento de que os termos relacionados à restrição da produção de fumo, redução de área de produção – incluídos no documento base para a COP5 eram inadequados e não tinham legitimidade no escopo da própria Convenção, cujo enfoque é de salvaguardar os fumicultores do esperado impacto com a redução global da demanda de fumo (ANEXO V).

¹¹ Visão e Missão da FCA: A visão da FCA é um mundo livre das consequências devastadoras à saúde, sociais, econômicas e ambientais provenientes do tabaco e seu uso. A FCA é uma aliança da sociedade civil cuja missão é ajudar o desenvolvimento e implementação da Convenção Quadro como alicerce para um controle do tabaco mundial efetivo.

Próximos passos e recomendações para o Brasil :

- Dar publicidade às decisões da COP5.
- Dar continuidade à implementação da Convenção-Quadro, buscando a manutenção da coerência nacional.
- Considerar na implementação das medidas da Convenção a declaração política de compromisso de acelerar a implementação da CQCT, de cooperar e de proteger a Convenção da interferência da indústria do tabaco, proposta pela Declaração de Seul.
- Ratificar a adesão do Brasil ao Protocolo para eliminação do comércio ilícito de produtos do tabaco, no escritório da OMS em Genebra nos dias 10 e 11 de janeiro de 2013, e a partir desta data até 09 janeiro de 2014, em Nova Iorque.
- Planejar ações conjuntas com países com os quais o Brasil faz fronteira com vistas à adesão e implementação do Protocolo.
- Contribuir com o Uruguai, enquanto Presidência *Pro-Tempore* do Mercosul no 1º semestre de 2013, para que dê continuidade às ações desenvolvidas relativas ao apoio à implementação da Convenção e divulgação dos resultados alcançados pelos países membros e associados.
- A preparação nas sessões da COP da manifestação em nome do Mercosul deve ser tratada com maior antecedência e melhor discutida.
- Participar do GT 9&10 enquanto país facilitador na reunião prevista para 2014.
- Manifestar formalmente junto ao Secretariado da Convenção o interesse do Brasil em integrar o Grupo de Redação Aberto sobre o Artigo 6 da CQCT até 31/01/2013.
- Planejar a reunião do GT 17&18 que acontecerá no Brasil no primeiro trimestre de 2013, desenvolver projetos-pilotos na decisão da COP5, e continuar participando enquanto país facilitador do grupo de trabalho.
- Manifestar formalmente junto ao Secretariado da Convenção o interesse do Brasil em integrar o Grupo de *expert* relativo ao Artigo 19 (Responsabilidade Legal) da Convenção.
- Manter o envio periódico dos relatórios ao Secretariado da COP informando a evolução da implementação das medidas da Convenção no Brasil.
- Contribuir com a análise de impacto da implementação da Convenção-Quadro que deverá ser realizada pelo Secretariado.
- Cooperar com países na implementação do Tratado.
- Permanecer atento aos litígios e ações que envolvam a implementação de medidas da Convenção-Quadro e interesses da indústria do tabaco, em nível local, nacional, internos de outros países e internacionais, como aquelas em curso nas províncias canadenses e na OMC, participando e manifestando-se a favor das medidas da CQCT, demonstrando apoio às medidas do tratado, bem como a coerência brasileira no controle do tabaco.
- Atualizar o pagamento periódico das contribuições voluntárias (VAC) do Brasil.

- Manter um canal de comunicação com o Canadá, integrante do Bureau da COP, e com o México, que o auxiliará na comunicação com os demais países da Região das Américas/OMS.
- Para a próxima sessão da COP, fortalecer a análise e posicionamento estratégico do Brasil em termos referentes ao orçamento.
- Na preparação da delegação para a COP6, a composição da delegação e a sua publicação em Diário Oficial da União precisam ser tratados com maior antecedência e melhor discutidos.
- Atentar quanto aos prazos e datas de reuniões de grupos subsidiários da Convenção.

Quadro de Grupos de trabalho e de experts e datas relevantes

GRUPO	ATUAÇÃO DO BRASIL	PRAZO E DATAS
Protocolo	Brasil precisa ratificar o Protocolo	Protocolo estará disponível para assinatura no escritório da OMS em Genebra nos dias 10 e 11 de janeiro de 2013, e a partir desta data até dia 09 janeiro de 2014, em Nova Iorque Reunião das Partes prevista para imediatamente antes ou após a COP6
Grupo Aberto de Redação sobre Art. 6	Brasil tem interesse	Prazo para encaminhar ao Secretariado da Convenção a manifestação de interesse em integrar o Grupo de redação: 31/01/2013 Reunião prevista para 2013
GT 9&10	Brasil é facilitador	Data da reunião não definida
GT 17&18	Brasil é parceiro	Reunião no Brasil no primeiro trimestre de 2013
GE 19	Brasil tem interesse	Não foi definido prazo para manifestar, apenas limite no número de participantes Previsão para duas reuniões até a COP6
GT sobre Medidas Sustentáveis para Fortalecer a Implmentação da CQCT	Brasil tem interesse	Prazo para encaminhar ao Secretariado da Convenção a manifestação de interesse em integrar o GT: 28/02/2013 Previsão para duas reuniões até a COP6
GE sobre publicidade, propaganda, promoção e patrocínio transfronteiriços	Buscar maiores detalhes	Grupo criado na COP 4 e compreenderia no máximo 15 membros



MAURICIO TOLMASQUIM, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética; e

PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS, Embaixador do Brasil na Espanha; e

INTÉRPRETES

LETÍCIA CYNTHIA RENÉE GARCIA FERNANDEZ; e

MANUEL GIRARD.

Brasília, 14 de novembro de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Antonio de Aguiar Patriota

A **PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto-Lei nº 1.565, de 5 de setembro de 1939, regulamentado pelo Decreto nº 44.721, de 21 de outubro de 1958, e na Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, resolve

DESIGNAR

a seguinte delegação para participar da **V Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco**, a se realizar em Seul, República da Coreia, no período de 12 a 17 de novembro de 2012:

SÉRGIO LUIS LEBEDEFF ROCHA, Ministro-Conselheiro;

TÂNIA MARIA CAVALCANTE, Secretária-Executiva da Comissão Nacional de Implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco;

MARCELO FISCH B. MENEZES, Ministério da Fazenda, Receita Federal;

LEANDRO VIEGAS, Ministério da Saúde;

ÉRICA CAVALCANTI RANGEL, Ministério da Saúde;

MARIANA COUTINHO MARQUES DE PINHO, Ministério da Saúde;

ANDRÉ LUIZ OLIVEIRA DA SILVA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

ANA CLAUDIA BASTOS DE ANDRADE, Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

LUIZ BERNARDO DELGADO BIEBER, Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

NILTON PINHO DE BEM, Ministério do Desenvolvimento Agrário;

HUR BEN CORRÊA DA SILVA, Ministério do Desenvolvimento Agrário;

SAVIO RAFAEL PEREIRA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

CARLOS RAUL PINTO GONZALES, Ministério do Trabalho e Emprego; e

ANA CLÁUDIA DE SOUSA FREITAS, Advocacia-Geral da União.

Brasília, 14 de novembro de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Antonio de Aguiar Patriota

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

DECRETO DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012

A **PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, caput, inciso XIV, e 101, parágrafo único, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e de acordo com o que consta do Processo nº 080250.02232/2012-78, do Ministério da Justiça, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA,

a partir de 17 de novembro de 2012, a CARLOS AUGUSTO AYRES DE FREITAS BRITTO, no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Brasília, 14 de novembro de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Marcia Palagiani

Presidência da República

Recorte do Diário Oficial da União com a designação presidencial da Delegação Brasileira para a COP5

ANEXO II

Discurso proferido pela Diretora-Geral da Organização Mundial da Saúde, Margaret Chan

Excellencies, distinguished delegates, ladies and gentlemen,

I am delighted to address this fifth session of the Conference of the Parties to the WHO Framework Convention on Tobacco Control. Our shared goal is to see this treaty fully implemented, to see its powers fully used to reduce tobacco consumption and exposure to tobacco smoke, everywhere in the world.

As this session opens, support for the Convention has grown to 176 Parties, representing nearly 90% of the world's population. This shows the scale of the impact you can have.

Since the treaty came into force seven years ago, the work of this conference has given more than ten articles of the Convention teeth and traction by creating supplementary instruments.

You have done so in a spirit of solidarity, fully mindful of the transnational nature of the tobacco threat, and fully aware of the need to build implementation capacity among Parties with meager resources. Success depends on a capacity to implement, everywhere.

In crafting guidelines and recommendations, this body reaches well beyond the domains of medicine and public health. You gather evidence and support from multiple sectors, like trade, finance, agriculture, education, labour, the environment, law enforcement, and the judicial system.

The work of this conference is a model of multisectoral collaboration but also of an interagency response, as you will be discussing during this session.

The Convention is a powerful instrument for prevention, but also for international cooperation. This importance has been recognized in recent political declarations on noncommunicable diseases and on the social determinants of health.

You are inspired by the preventive power of what you are doing. I can think of no other undertaking that can make such a huge contribution to better health in every corner of the world. And that includes the health of young children and unborn babies.

This has always been one of the anti-tobacco campaign's most compelling arguments. Tobacco use is the epidemiological equivalent of a drive-by shooting. It hurts the innocent bystanders as well as those held captive by an addiction that damages their health.

You are united by a shared spirit of determination but also out of necessity, given the nature of the opposition, of the forces that are equally determined to undermine, circumvent, and interfere.

The tobacco industry behaves like a corrosive substance that can eat through, or seep through, any crack or fissure in the armour of our defences. Our response must be to seal all these cracks and fissures, one by one, with science and evidence, supported by instruments for applying this knowledge and backed by the rule of law.

This is what you are doing. This is what makes the work of this conference so monumentally important. With the guidelines and recommendations you put forward,

and now with the first protocol before you for approval, you are hemming in the enemy, cutting off its options, giving it less space to manoeuvre.

As we know from experience, the tobacco industry will challenge the best science, promote arguments that have nothing to do with the facts, and fund front groups to give these arguments a cloak of legitimacy. This industry will lobby lawmakers, woo the press and, now, fund plaintiffs to challenge legislation.

In a recent and most disturbing trend, the showdown between governments, seeking to safeguard the health of their citizens, and industry, seeking to maintain its profits, has moved to the courtroom.

I know you will want to join me in congratulating Australia and Norway for recent rulings that upheld the legality of their tough control measures. We are united in our support for other countries facing similar interference.

Of course, industry will have its day and its say in the media. Australia's law is not a good one, they say. It will be a bonanza for the black market and benefit no one but organized crime, including groups that support terrorists. Let them rattle their sabres.

Australia's law mandating plain packaging, a world first, is based on rigorous research. It peels the glamour off a package full of harm and replaces it with the truth. It will have vast benefits for health.

I want to thank civil society for doing so much to counter industry's claims with the facts, to expose their duplicity to the public eye.

As recent examples, you have documented industry's role in promoting illicit trade in tobacco products, despite all the public denials. You have documented industry's role in supporting front groups that purport to speak for tobacco farmers. In reality, industry practices keep these farmers trapped at the bottom end of the supply chain.

Such reports extend the public resonance of items that will be discussed during this session.

Ladies and gentlemen,

You have 25 items on your agenda.

You will consider a report on progress in implementation of the treaty. The report indicates which articles and provisions are most readily implemented and where countries are facing difficulties and need more support. The report also demonstrates, for everyone to see, that the treaty is having an impact.

Research is also on our side. Evidence of the substantial health benefits of measures set out in the treaty continues to mount.

You will look at options and experiences for using price and tax measures to reduce demand, and consider the complex issues surrounding efforts to help tobacco farmers switch to economically sustainable alternatives.

You have before you state-of-the art reports on recommended responses to smokeless tobacco products and electronic nicotine delivery systems. Again, industry is seeping through the cracks.

You will also be considering the Convention's first draft protocol, aimed at eliminating illicit trade in tobacco products, which awaits your approval. After four years of negotiations, this is a game-changing treaty, and a potentially history-making session.

WHO and its Member States gave birth to the Convention. The Convention took on a life of its own and now gives birth to another treaty. This is how we build ambitions in public health. This is how we hem in the enemy.

The protocol gives the world an orderly rules-based instrument for countering and eventually eliminating a sophisticated international criminal activity that costs a lot, also for health.

Illicit trade is bad for health because it circumvents measures, like taxes and price increases, that are known to reduce demand. In other words, illicit trade seriously compromises effective implementation of the treaty.

As the chair of the Intergovernmental Negotiating Body noted, the fact that consensus on the text was achieved is due to “the commitment and energy of everyone involved, and a willingness to seek solutions and take hard decisions on difficult issues.”

With this spirit, in this historical battle against a ruthless industry that quite literally cannot afford to lose, I sincerely believe the good guys will win in the end.

Thank you.

ANEXO III

Discurso do Brasil na plenária do primeiro dia da Quinta Sessão da Conferência das Partes, Seul/República da Coreia

Honourable Mr. Varela, President of the Conference of the Parties of the Framework Convention on Tobacco Control, Dr Margareth Chan General Director of World Health Organization, Dr. Heiki Nikogosian, Head of the Convention Secretariat, Distinguished delegates, Distinguished representatives of observer parties, Ladies and gentlemen,

Brazil wishes to convey our debt of gratitude to the Republic of Korea for their warm hospitality as well as our appreciation for the fine arrangements for this Conference. We would also like to express our appreciation to the working groups that prepared the draft documents and to the INB that concluded the draft of the Protocol on Illicit Trade of Tobacco Products, due to be adopted by the Members states during this Conference.

FCTC is a young treaty. Despite having entered into force only 7 years ago, the treaty has already enabled a range of significant advances in the effort of curbing the tobacco epidemic. Most of its 176 Member States have implemented measures guided by the Convention, which have resulted in the prevention of thousands of tobacco-related diseases and deaths.

In this regard, the Brazilian Government continues to put forth efforts to improve its national public policies and is fully committed to further development of international standards.

Brazil presents important achievements since the COP of Punta Del Este. For the first time, smoking has reached less than 15% of the population. This decrease has already been translated into smaller mortality rates related to chronic respiratory diseases, cardiovascular diseases and lung cancer. Last year, Brazil launched a National Plan to Combat Non-Communicable Diseases in which the strengthening of FCTC is a core strategy. We have also disclosed a plan of gradual increase of taxation on cigarettes over the course of the next five years. Another important policy has been the tackling of tobacco smuggling by Customs and Federal Policy. The volume of illegal cigarette packs seized increased from 24 million in 2000 to more than 113 million in 2011.

Another important policy was the prohibition of the use of additives in cigarettes and similar products. Despite resistances from the productive sector, illustrated by several judicial disputes arising in the past month, the full implementation of this measure is a priority to the Brazilian Government. In this context, we view the trend of international and domestic litigation against measures implementing the FCTC with concern, in tandem with the speech of Dr. Margaret Chan earlier today.

The commitment of the Brazilian Government is also demonstrated by its engagement with the activities of the Secretariat.

Brazil has been an active member of three Working Groups: the one dedicated to Article 6; the Working Group on recommendations on Articles 9 and 10; the Working Group on Articles 17 and 18. Our delegation congratulates the efforts made by the Member Parties and the Secretariat in advancing common understandings in these Working Groups.

The Brazilian Government congratulates this COP for adopting the Protocol to Eliminate Illicit trade of tobacco products. The participation of Brazilian delegates in the INB was a testimony of our commitment with the cause and our willingness to work together with other Member Parties in building consensus.

In regard to the Working Group on Articles 17 and 18, Brazil would like to underscore the fundamental importance of it. We acknowledge the efforts made by the Secretariat in preparing a partial draft recommendation, but we believe the document needs further discussion. The recommendation of restricting tobacco growing areas present in the draft document of Working Group 17 and 18 is not, in any way, supported by Brazil. Providing this Working Group with more financial and political resources is essential to achieving real progress until the next COP.

As a big tobacco producer, Brazil has the additional obligation to safeguard thousands of small farmers and their families whose livelihoods is linked to the tobacco productive chain coordinated by transnational companies. That is why we sponsor a 4 year running Program of diversification of Tobacco areas which has identified viable alternatives to tobacco producers, supported by research, credit, price guarantee, crop insurance and technical assistance.

In our country the governance of FCTC is in charge of the National Commission chaired by the Minister of Health and co-chaired by the General Director of National Cancer Institute of Brazil. There are, however, representatives of 18 different governmental organs, including trade, finance and agriculture. This Commission has proved a very important mechanism to stimulate coherence in the implementation of FCTC obligations.

As we approach the end of our statement to this prestigious meeting, we would like to remember all Member States that an intersectional approach is a condition to the continuation of progress in FCTC challenges. This is not a binding treaty upon Ministries of Health, but a Convention that involves the good faith and commitments of 176 countries as a whole. All sectors of Government should obey by the rules defined in FCTC.

In closing our statement, I would like to, once more, congratulate and thank The Republic of Korea and the Secretariat for organizing this Conference. We wish all of you a productive week of work, in the hope that the decisions from COP5 can further strengthen the purposes of the FCTC.

Thank you, Mr. President

ANEXO IV

Discurso do Mercosul, cuja Presidência *Pro Tempore* está com o Brasil, na plenária do segundo dia da Quinta Sessão da Conferência das Partes, Seul/República da Coreia

Honorable Mr. Varela, President of the Conference of the Parties of the Framework Convention on Tobacco Control, Dr Margaret Chan General Director of World Health Organization, Dr. Heiki Nikogosian, Head of the Convention Secretariat, Distinguished representatives of FCTC Member States, Distinguished representatives of international organizations, ladies and gentlemen,

As chair of the Pro Tempore of MERCOSUR region, Brazil makes the following statement on behalf of Mercosur Member States and Associated States.

Mr. Chair, it is with great enthusiasm that the MERCOSUR region once again participates in the Conference of the Parties with observer status. The creation of the Mercosur Intergovernmental Committee for Tobacco Control in 2003 as part of the agenda of the Meeting of Ministers of Health of the block is a good example of the catalytic power of the Convention. This committee has proved to be instrumental in boosting cooperation for tobacco control in the region.

Most countries in the region have passed national laws that prohibit smoking in public places and also have implemented treatment and support for smoking cessation in public. Pictorial warnings on tobacco product packaging were adopted in almost all countries of the region.

Great part of the countries in the region have already adjusted their taxes and pricing policies of tobacco product to meet FCTC goals. Between 2010 and 2012, the increase in prices of the cigarettes in the region ranged from 12.5% in Uruguay, to 70% in Bolivarian Republic of Venezuela and to 138% in Chile. Despite significant progress we are aware that we need to go further. We need to establish joint goals to reduce the affordability of tobacco products, particularly among children and adolescents.

At the national level, we do need to strengthen intersectoral mechanisms for greater convergence between the health sector and the economic sector, with a view to a full implementation of Article 6 of the Framework Convention and its guidelines, which we hope will be adopted at this Conference. At the international level, we need to improve and expand cooperation between our governments in order to harmonize our pricing policies and taxes and adopt joint measures to combat the illegal market in tobacco products that invade our markets with tobacco products at very low prices, weakening the expected effects with measures of taxes and prices on tobacco products.

Some countries in our region have registered a significant drop in smoking prevalence. In Brazil, the prevalence fell from 16% in 2006 to 14% in 2011; in Argentina from 33% in 2005 to 30% in 2009; in the Bolivarian Republic of Venezuela it fell from 30% in 1996 to 17% in 2011. Noteworthy is the exemplar decrease of smoking prevalence in Uruguay from 31% in 2006 to 25% in 2009. These changes have reflected positively on the mortality profile chronic noncommunicable diseases in the region. Brazil recorded a 31% reduction in mortality from cardiovascular disease and 38% in mortality from chronic respiratory diseases. Uruguay recorded a decrease of 22% in cases of heart

attacks. In the province of Santa Fe, Argentina, it was registered a 28% decrease in hospitalizations due to acute coronary events.

However, the challenges are still daunting and we do need to expand our efforts. Tobacco social and economic burden is huge. Smoking in our region is concentrated among the lower income and education people and contributing to deepen the inequalities.

In Brazil, in 2011, the health system has spent more than US\$ 10 billion to treat only 15 smoking-related diseases. And in that same year the taxes collected from tobacco business reached just US\$ 3 billion, less than 30% of these tobacco health costs. In Argentina, in 2006 estimated costs to treat tobacco related diseases were 1.47 billion dollars, a figure significantly higher than the \$ 850 million from tax collections on tobacco products in the same year.

This scenario points to the need to invest in studies on the real dimension of the social and economic burden imposed by tobacco epidemics. And accordingly we express the need of support from the World Health Organization, the Pan American Health Organization and the Secretariat of the Convention to facilitate studies on tobacco costs, especially in middle and low income countries. In early 2012 Bolivia government with support of United Nations included the Framework Convention on Tobacco Control as a priority in the United Nations Development Framework (UNDAF) for 2013 – 2017 in nation level; offering a promising opportunity to address tobacco in the national development agenda. It is important that the UNDAF approach can be extended to other countries in the region. Last year, Heads of State and Government gathered at the United Nations to address the prevention and control of noncommunicable diseases, declared the implementation of the Framework Convention as one of the key response to tackle NCDs crisis. And also reaffirmed the understanding that, there is a fundamental conflict of interest between the tobacco industry and public health.

Mr. Chair, tobacco kills about 6 million people every year due to smoking related diseases. However, on behalf of free trade, FCTC still faces strong opposing efforts to the regulation of tobacco products. Yesterday we could hear from Australia and Uruguay experiences of how big tobacco companies are using international trade agreements as trench to challenge FCTC. On behalf of Mercosur we express our full support to Uruguay and Australia.

And from this perspective we acknowledge the efforts of the World Health Organization, for recent publication " Confronting the tobacco epidemic in a new era of trade and investment liberalization " which in fact represents a warning to all WHO members states on this new "modus operandi" of tobacco companies to subvert effective measures for tobacco control. We also applaud the efforts of the Secretariat of the Convention to establish a dialogue with the Secretariat of the World Trade Organization for harmonization of international trade agreements with the obligations under the Convention.

We must keep in mind the Declaration of Punta del Este adopted by the 4th Conference of the Parties, through which Member States of the Convention expressed their understanding that trade agreements such as TRIPS should not prevent members from adopting measures to protect public health. We hope that this conference emanates an answer even more striking to revert this scenario.

Mr Chair, COP5 set before us a great opportunity and a great responsibility in defining the next steps to ensure that the Framework Convention continues to make a difference and, above all, keep its goals protected from undue interference.

Accordingly, MERCOSUR applauds the approval of the Protocol to Eliminate Illicit Trade in Tobacco Products and urges for setting a strategic plan to ensure its implementation worldwide. We also urge the approval of the guidelines for Article 6, having in mind that its effective implementation demands efforts to strengthen a multi-sectorial approach.

MERCOSUR supports the continuation of the mandate of the Working Group of Articles 9 and 10 and supports the inclusion of the topic "dissemination of information about the contents to the public" and the texts proposed on the ignition propensity characteristic of the product and still the continued monitoring of areas such as attractiveness, dependency and toxicity of tobacco products We also support the continuation of the working group of Articles 17 and 18 of the Convention. However, we disagree with any recommendation or approach that can mean a goal to reduce areas cultivated with tobacco in draft policy options and recommendations on Economically sustainable alternatives to tobacco growing (document FCTC/COP/5/10).

We understand that the aim of the Framework Convention Article 17 is to reduce the economic dependence on tobacco among small farmers and safeguard them from an economic impact resulting from FCTC measures to decrease tobacco consumption all over the world. From this perspective, Mercosur region would like to express the view that the cycle of consumption of tobacco products and the cycle of tobacco production are parts of the same system, articulated by big tobacco companies. Within the cycle of consumption, adolescents are the main target. Within the production cycle, the prime targets are small farmers, most of which are socially and economically vulnerable, especially in countries with low and middle incomes. They are seduced by the idea that growing tobacco brings wealth and quality of life but most of them trapped by a cycle of debts, poverty and health threats. The control of the tobacco supply chain by tobacco companies also represents a major source of their power to hinder measures to reduce tobacco consumption. We should recall that during COP4 there was a strong mobilization of growers against banning flavor additives in tobacco products. In fact, they were intentionally frightened by the misinformation that this measure would also prohibit the use of tobacco burley in cigarettes. Therefore it is necessary to understand that implementing FCTC articles 17 and 18 to reduce economic dependence of tobacco growing individuals and regions are also important tools for protecting and strengthening FCTC.

MERCOSUR also supports initiatives to ensure mechanisms of assistance and south-to-south cooperation that will contribute with technical and financial resources for accelerating the implementation of the Convention in our countries.

Finally, we would like to express our thanks to the Convention Secretariat and all working groups that prepared the grounds for the decisions to be taken in the coming days by COP5. We hope they will contribute to advance further in reducing overall smoking, and consequently, the global burden of chronic non-communicable diseases.

We hope we can leave COP5 more strengthened and committed to the implementation of FCTC in our countries."

ANEXO V

Países com credenciamento aprovado pela COP5:

Afeganistão	Argélia
Austrália	Áustria
Azerbaijão	Bahrein
Bangladesh	Barbados
Belarus	Bélgica Benin
Butão	Bolívia (Estado Plurinacional da)
Brasil	Brunei Darussalam
Burkina Faso	Burundi
Camboja	Camarões
Canadá	Chade
Chile	China
Colômbia	Comores
Congo	Ilhas Cook
Costa Rica	Costa do Marfim
Chipre	República Checa
República Democrática do Congo	Djibuti
Equador	Egito
Guiné Equatorial	Estônia
União Europeia	Fiji
Finlândia	França
Gabão	Gâmbia
Alemanha	Grécia
Guatemala	Honduras
Hungria	Irã (República Islâmica do)
Irlanda	Israel
Itália	Jamaica
Japão	Cazaquistão
Quênia	Kiribati
Kuwait	Quirguistão
República Democrática Popular do Laos	Lesoto
Libéria	Líbia
Lituânia	Luxemburgo

Madagascar	Malásia
Maldivas	Mali
Malta	Mauritânia
Maurício	México
Micronésia (Estados Federados da)	Mongólia
Montenegro	Mianmar
Nepal	Holanda
Nova Zelândia	Nicarágua
Níger	Nigéria
Niue	Noruega
Omã	Paquistão
Palau	Panamá
Filipinas	Polônia
Portugal	República da Coreia
República da Moldávia	Rússia
Senegal	Seychelles
Cingapura	Eslováquia
Ilhas Salomão	África do Sul
Espanha	Sri Lanka
Suazilândia	Suécia
Tailândia	Antiga República Jugoslava da Macedónia
Togo	Trinidad e Tobago
Turquia	Uganda
Ucrânia	Emirados Árabes Unidos
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	República Unida da Tanzânia
Uruguai	Vietnã
Iêmen	Zâmbia

Partes com direito de participar na sessão com todos os direitos sobre a Conferência até à chegada de suas credenciais formais:

Botswana	Bulgária
Dinamarca	Geórgia
Gana	Guiné
Guiné-Bissau	Índia

Iraque
Ilhas
Papua Nova Guiné
Peru
Samoa
Arábia Saudita
Sudão
Uzbequistão

Marshall
Namíbia
Paraguai
Catar
São Tomé e Príncipe
Serra Leoa
República Árabe da Síria
Venezuela

ANEXO VI

Títulos e trechos de matérias sobre a COP5 na mídia

- **Redução de plantio do tabaco fica fora de acordo internacional - Conferência discutiu medidas para reduzir número de fumantes no mundo**

<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2012/11/reducao-de-plantio-do-tabaco-fica-fora-de-acordo-internacional-3954799.html>

- **COP 5 retira as restrições ao plantio de fumo Ministro da Agricultura afirma que posição do governo é defender o produtor de tabaco**

http://www.gaz.com.br/noticia/378903-cop_5_retira_restricoes_ao_plantio_de_fumo.html

- **FCTC-COP5: Six intense days in Seoul leads to significant victories for tobacco control despite Big Tobacco's shady maneuvers.**

<http://www.worldlungfoundation.org/ht/display/ArticleDetails/i/22200>

In case you need convincing that the WHO Framework Convention on Tobacco Control, Conference of the Parties, (FCTC-COP5) is an important international health treaty, consider this: The tobacco industry was out in force at the 5th biannual meeting, November 12 – 17, 2012.

I saw about three dozen industry lobbyists registering before sunrise, at six in the morning on the second day. They were there to stop delegates from agreeing to important tobacco control measures— and it seems certain that they were behind some of the more outrageous events that transpired at COP. Among them:

- Halfway through the six-day meeting, Brazilian officials back home recalled four of their COP5 delegates – the very delegates who were pushing hardest for strong tobacco control measures.



Tobacco control advocates discuss the recall of Brazilian delegates at COP5

- **Brasil manda delegados da saúde de volta para casa durante COP5**

http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/774_COP5_nota.pdf

- **Governo é acusado de recuar ante tabagistas**

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,governo-e-acusado-de-recuar-ante-tabagistas,961453,0.htm>

- **Perspectiva alternativa sobre o modo de vida dos produtores de tabaco no Brasil**

http://www.fctc.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=532&Itemid=21

ISSUE 120

THURSDAY, 15 NOVEMBER 2012

SEOUL

ALTERNATIVE OUTLOOK ON TOBACCO GROWERS' LIVELIHOODS IN BRAZIL

Yesterday's lunch-time briefing on alternative livelihoods was somewhat marred by an outburst from the representative of the Brazilian Ministry of Agriculture, who declared that the situation of Brazilian tobacco farmers was completely unlike that of farmers in the four countries which were presenting their experiences. He claimed that Brazil had the world's most successful agri-business, including a highly prosperous and

successful tobacco-growing sector. Perhaps he is unfamiliar with the widely documented difficult working conditions in Brazil's tobacco-growing belt, including heavy debt loads, pesticide poisoning and low socio-economic indicators.

Paula Johns
Executive director,
Alliance for the Control of Tobacco Use (ACT), Brazil

3

- **Moção de Repúdio da ABRASCO**

http://www.abrasco.org.br/noticias/noticia_int.php?id_noticia=1126

Considerando que o tabagismo representa um grave problema de saúde pública em todo mundo;

Considerando que a Organização Mundial e Saúde (OMS) avalia que o tabagismo é responsável por 6 milhões de mortes anuais no mundo;

Considerando que o tabagismo é um dos principais fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis, que são responsáveis por 72% dos óbitos no Brasil;

Considerando que o Brasil assinou e ratificou tratado internacional (Convenção Quadro para o Controle do Tabaco – CQCT, elaborado sob os auspícios da OMS) cujo objetivo é proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, comprometendo-se a zelar por sua adequada implementação;

O plenário do 10º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, realizado no período de 14 a 18 de novembro de 2012, em Porto Alegre, RS, vem tornar público seu posicionamento de repúdio à retirada de membros da delegação brasileira, do Instituto Nacional do Câncer (INCA) e Agência

Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que defendiam interesses da saúde coletiva na 5ª Conferência entre as Partes (COP5) em Seul, Coréia do Sul, antes do término das negociações relativas ao tratado e seus protocolos.

Numa ação sem precedentes, quatro delegados de saúde receberam ordens de retornar ao Brasil imediatamente, sem uma clara justificativa para esta vexatória medida, que enfraquece sobremaneira a defesa dos interesses da saúde coletiva brasileira e expõe o país internacionalmente em encontro que reúne representantes dos 176 países signatários da CQCT.

Considera-se de fundamental importância o esclarecimento público quanto aos determinantes de tal decisão, que além de implicações imediatas pode comprometer todo o processo de discussão e adoção de políticas que vem sendo desenvolvido com sucesso no Brasil, haja visto a redução significativa na prevalência do tabagismo constatada nos últimos 20 anos (de 35% em 1989 para 17% em 2008).

Vale mencionar também que enviar representantes à Coréia do Sul envolve uso de recursos públicos e portanto é fundamental a transparência, responsabilidade e priorização da defesa da saúde e do interesse coletivo.

Plenário do 10º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva

Porto Alegre, RS, Brasil, 18 de novembro de 2012

71 assinaturas

- **Governo é acusado de retirar antitabagistas da Conferência das Partes (COP-5)**

A decisão provocou protestos de ONGs, que atribuíram a saída antecipada a pressões feitas pela indústria do fumo, manifestamente contrária a propostas debatidas durante a conferência

http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/11/noticias/cidades/1374647-governo-e-acusado-de-retirar-antitabagistas-da-conferencia-das-partes-cop-5.html

- **Representantes da indústria como delegados na COP5**

http://www.fctc.org/index.php?option=com_content&view=article&id=894:exposed-industry-reps-as-cop5-delegates&catid=230:industry-interference-&Itemid=234

http://www.fctc.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=536&Itemid=21



A seguir, exemplos de matérias divulgadas a partir dos informes da comitiva da cadeia produtiva do fumo presente na COP5:

- **Rio Vale Jornal – 08/11/2012**

COP 5: Pressão para o governo brasileiro manter posição

Delegação gaúcha e catarinense vai acompanhar a 5ª Conferência das Partes e quer assegurar que Brasil se mantenha favorável à produção do tabaco

http://www.riovalejornal.com.br/materias/3940-cop_5_pressao_para_o_governo_brasileiro_manter_posicao

- **Rádio Fandango – 12/11/2012**

Integrando a delegação oficial brasileira, o deputado Heitor Schuch (PSB) participou nesta segunda-feira da abertura da 5ª Conferência das Partes (COP 5) da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, em Seul, na Coreia do Sul. Ao lado de dirigentes da Associação Internacional dos Produtores de Tabaco (ITGA) e da Afubra, o parlamentar se reuniu com o representante do Ministério da Agricultura, Sávio Pereira, e o chefe da delegação brasileira no encontro, Sérgio Lebedeff, para reforçar a posição em defesa dos produtores e trabalhadores do fumo. A fumicultura envolve diretamente mais de 165 mil famílias na região Sul do Brasil. (...) a comitiva gaúcha os deputados Marcelo Moraes (PTB), Adolfo Brito (PP) e Pedro Pereira (PSDB), o presidente da Afubra, Benício Werner, o presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco e diretor da Afubra, Romeu Schneider, o presidente do Sinditabaco, Iro Schünke, entre outras lideranças

<http://www.radiofandango.com.br/archive/valor.php?noticia=28718>

- **Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul 12/11/2012**

Comitiva gaúcha pede apoio para proteção à fumicultura brasileira. Objetivo do encontro é a diminuição do número de fumantes no mundo

http://www.gaz.com.br/noticia/378094-comitativa_gaucha_pede_apoio_para_protecao_a_fumicultura_brasileira_.html



Deputados Pedro Pereira, representante do Ministério da Agricultura, Sávio Pereira, Marcelo Moraes e Adolfo Brito

Nesta segunda feira, 12, os deputados Adolfo Brito (PP), Pedro Pereira (PSDB) e Marcelo Moraes (PTB), que integram a comitiva gaúcha na 5ª Conferência das Partes (COP 5) da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), em Seul, na Coreia do Sul, reuniram-se com os representantes da Associação Internacional dos Produtores de Tabaco (ITGA) e com o representante do Ministério da Agricultura, Sávio Pereira. Os parlamentares solicitaram apoio para que não haja redução da área de plantio, restrição ao crédito, extinção da assistência técnica da indústria integradora, bem como o desmantelamento das entidades representativas ligadas aos produtores.

- **Canguçu em Foco - 14 de novembro de 2012 – Comitiva fica do lado de fora da COP5.**



Sergio Luis Lebedeff Rocha, Ministro-Conselheiro da Embaixada Brasileira em Seul, recebeu comitiva

A comitiva de deputados e lideranças do setor fumageiro do estado ficou do lado de fora da 5ª Convenção das Partes, que ocorre na Coréia do Sul na capital Seul. Os debates que começaram na segunda-feira (12) não tiveram a participação direta de nenhum representante. O grupo tenta participar como plateia em pedido feito a organização e ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Ou seja, apesar de manifestações fortes em defesa, nada de efetivo pode ser feito até o momento.

<http://www.cangucuemfoco.com.br/2012/11/comitiva-fica-do-lado-de-fora-da-cop5.html>

- **Site do Partido Progressista / RS – 16/11/2012**

Brito: Texto final da COP5 deve ser votado sem redução de área plantada

O parlamentar considera a mudança uma vitória da cadeia da fumicultura e dos parlamentares ligados ao setor. “Com isso venceu a posição brasileira, que era defender a fumicultura como atividade de grande importância econômica e social. Essa era a atitude que defendíamos desde nossa mobilização junto aos ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e ao próprio vice-presidente Michel Temer em agosto.” (...)

No entanto o deputado alerta que a vitória é momentânea. “Sabemos que a Organização Mundial da Saúde (OMS) deve continuar com a pressão para acabar com a produção de tabaco.”


<http://www.pp-rs.org.br/noticias/brito-texto-final-da-cop5-deve-ser-votado-sem-reducao-de-50a637ff95844>

- **Folha do Mate 21/11/2012**

Cop 5: Airton¹² atribui decisões à mobilização da comitiva da região

<http://folhadomate.com/noticias/geral/6972-cop-5-airton-atribui-decisoes-a-mobilizacao-da-comitiva-da-regiao>

¹² Prefeito do Município gaúcho de Venâncio Aires, o maior produtor de fumo.



Conheça o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco!

O Observatório disponibiliza informações atualizadas sobre a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco - tratado internacional que visa conter a epidemia do tabagismo em todo o mundo. Gestores, profissionais, estudiosos e toda a sociedade tem acesso a políticas governamentais, pesquisas, publicações, legislação e outras informações sobre o controle do tabaco no Brasil.

Acesse www.inca.gov.br/observatoriotabaco



Ministério da
Saúde

